

**Informação detalhada sobre a base jurídica, objetivo e prazo do tratamento de dados pessoais relativamente às funções dos cônsules da República da Polónia**

	<b>BASE JURÍDICA</b>	<b>OBJETIVO</b>	<b>PRAZO</b>
<b>Processos relativos aos documentos perdidos e à transferência dos documentos achados</b>	Lei de 25 de junho de 2015 - Lei Consular, Lei de 6 de agosto de 2010 sobre bilhetes de identidade	Realização de declaração da perda ou destruição do bilhete de identidade e emissão do atestado sobre a perda ou destruição do bilhete de identidade. Transferência das cartas de condução e documentos únicos de carro para a Polónia.	5 anos
<b>Vistos</b>	Lei de 12 de dezembro de 2013 - Lei de estrangeiros, Regulamento (CE) n.º 810/2009 do parlamento Europeu e do Conselho de 13 de julho de 2009 que estabelece o Código Comunitário de Vistos (Código de Vistos), Lei de 14 de julho de 2006 sobre a entrada no território da República da Polónia, permanência e saída do mesmo dos cidadãos dos países-membros da UE e dos seus familiares, Lei de 25 de junho de 2015 - Lei Consular	Emissão ou recusa de emissão do visto Schengen ou visto nacional, revoga ou anulação de vistos e decisão no processo de pedido da análise repetida do pedido de visto.	2 lata (licząc od dnia wydania decyzji)
<b>Processos relativos às traduções</b>	Lei de 25 de junho de 2015 - Lei Consular	Tradução de documentos, certificação de tradução	5 anos
<b>Processos relativos à ajuda consular</b>	Lei de 25 de junho de 2015 - Lei Consular e em relação ao art.º 6 §1c, d e art.º 9 §2c do RGPD	Prestação de ajuda consular	5 anos (excepto os dados pessoais relativos à devolução de depósitos ou objetos achados, que são sujeitos ao tratamento sem prazo)
<b>Processos relativos ao apoio jurídico</b>	Lei de 25 de junho de 2015 - Lei Consular	Entrega de ofícios, interrogações, transmissão de informações aos órgãos competentes, a tribunal ou ministério público, de acordo com o pedido de apoio jurídico	5 anos
<b>Processos relativos aos documentos perdidos e ao estado civil e à lei sobre a alteração de nome próprio ou apelido</b>	Lei de 28 de novembro de 2014 - Lei do Registo Civil, Lei de 17 de outubro de 2008 sobre a alteração de nome próprio ou apelido e Lei de 25 de junho de 2015 - Lei Consular	Realização do pedido de tomar ações previstas na legislação	50 anos (celebração de um casamento perante cônsul da República da Polónia)  10 anos (alteração de nome próprio ou apelido, reconhecimento de paternidade, nascimentos, óbitos, casamentos celebrados no estrangeiro,

			transcrição de certidões de estado civil na República da Polónia, outros assuntos de estado civil)
<b>Processos notariais</b>	Lei de 14 de fevereiro de 1991 - Lei de notariado, Lei de 25 de junho de 2015 - Lei Consular	Realização do pedido da execução de processos notariais previstos na legislação	10 anos (relativamente à emissão de um ato notarial)  2 anos (outros processos notariais)
<b>Processos relativos à emissão de um título de viagem provisório</b>	Decisão dos representantes dos governos dos Estados-Membros reunidos no Conselho de 25 de Junho de 1996 relativa à criação de um título de viagem provisório, Lei de 12 de dezembro de 2013 - Lei de estrangeiros e Lei de 25 de junho de 2015 - Lei Consular	Emissão de um título de viagem provisório a favor de um estrangeiro	10 anos
<b>Processos relativos à Cartão de Polaco</b>	Lei de 7 de setembro de 2007 sobre o Cartão de Polaco e Lei de 25 de junho de 2015 - Lei Consular	Atribuição, recusa de atribuição, anulação ou renovação do Cartão de Polaco	10 anos  2 anos no caso da declaração da perda, destruição ou achamento do cartão de Polaco
<b>Cartões de estudante</b>	Lei de 25 de junho de 2015 - Lei Consular	Emissão de cartão de estudante	5 anos
<b>Processos relativos à legalização de documentos ou à obtenção dos documentos emitidos no estrangeiro</b>	Lei de 25 de junho de 2015 - Lei Consular	Legalização de um documento oficial emitido ou reconhecido no país de acolhimento	2 anos
<b>Processos relativos ao pequeno tráfego fronteiriço</b>	Regulamento (CE) n.º 1931/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de Dezembro de 2006, que estabelece as regras para o pequeno tráfego fronteiriço nas fronteiras terrestres externas dos Estados-Membros e que altera o disposto na Convenção de Schengen e Lei de 25 de junho de 2015 - Lei Consular	Emissão, recusa de emissão, anulação da autorização de atravessar fronteira no âmbito do pequeno tráfego fronteiriço	2 anos

<b>Processos relativos aos passaportes</b>	Lei de 13 de julho de 2006 sobre passaportes e Lei de 25 de junho de 2015 - Lei Consular	Emissão de passaporte, declaração de perda, destruição, recusa de emissão e anulação de passaporte	60 anos no caso de emissão de passaporte, 10 anos noutros casos
<b>Processos relativos à repatriação</b>	Lei de 7 de setembro de 2007 - Lei de Repatriação e Lei de 25 de junho de 2015 - Lei Consular	Reconhecimento da descendência polaca do requerente, emissão do visto de repatriação, apoio aos repatriados dos fundos estatais	25 anos
<b>Processos relativos à herança</b>	Lei de 25 de junho de 2015 - Lei Consular	Realização dos direitos para a herança que pertencem à Tesouraria, liquidação de heranças abertas antes de 10 de maio de 2002	Sem prazo
<b>Processos relativos à cidadania polaca</b>	Lei de 2 de abril de 2009 - Lei de nacionalidade polaca e Lei de 25 de junho de 2015 - Lei Consular	Realização do pedido de: atribuição da nacionalidade polaca pelo Presidente da República da Polónia, autorização do Presidente da República da Polónia para renunciar a nacionalidade polaca, restituição da nacionalidade polaca, confirmação da nacionalidade polaca, recebimento da declaração de autorização da aquisição da nacionalidade polaca, renúncia da nacionalidade polaca, reconhecimento do requerente como cidadão polaco	25 anos (no âmbito de confirmação, aquisição, atribuição, restituição e perda da nacionalidade polaca)  5 anos (de outra correspondência relativa aos assuntos da cidadania polaca)
<b>Processos relativos à obtenção de informação</b>	Lei de 25 de junho de 2015 - Lei Consular	Prestação de informação	2 anos
<b>Processos relativos aos atestados</b>	Lei de 25 de junho de 2015 - Lei Consular	Emissão de atestado necessário para realização de interesse em agir ou de uma obrigação legal	10 anos e, no caso de emissão de atestado relativo à importação para a República da Polónia ou exportação da República da Polónia de armas e munição, transladação de cadáver, exumação - 5 anos
<b>Processos relativos ao apoio aos cidadãos polacos no estrangeiro</b>	Lei de 25 de junho de 2015 - Lei Consular e em base das premissas do art.º 6º §1d e art.º 9º §2c do RGPD	Proteção de interesses dos cidadãos polacos e pessoas coletivas polacas com residência temporária no estrangeiro, inclusive prestação de informações sobre situações de emergência e crises	5 anos
<b>Eleições e referendos nacionais</b>	Lei de 25 de junho de 2015 - Lei Consular e lei de 5 de janeiro de 2011 - Código eleitoral	Organização de votação nas eleições presidenciais e legislativas, eleições europeias e referendo nacional.	5 anos

<b>Processos relativos aos cadernetas de registo de marítimo e a outros assuntos marítimos</b>	Lei de 25 de junho de 2015 - Lei Consular	Emissão de caderneta de registo de marítimo, de certificado temporário da nacionalidade de navio e de certificado de segurança de navio	10 anos nos assuntos relativos à caderneta de registo de marítimo, 5 anos noutros assuntos
<b>ePUAP (Plataforma Eletrónica dos Serviços da Administração Pública)</b>	Lei de 17 de fevereiro de 2005 sobre a informatização de funcionamento das instituições de serviço público	Ativação de perfil seguro na Plataforma Eletrónica dos Serviços da Administração Pública	20 anos
<b>Processos relativos à autorização da prestação de serviço militar nas forças armadas estrangeiras e acesso aos dados recolhidos nos arquivos do Instituto da Memória Nacional</b>	Lei de 25 de junho de 2015 - Lei Consular	Transferência, para a autoridade competente, do pedido de autorização da prestação de serviço militar nas forças armadas estrangeiras ou organização militar estrangeira, transferência para o Instituto da Memória Nacional do pedido de acesso aos dados lá arquivados	10 anos